
JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA MENDES
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais

O regionalismo como construção identitária. O caso dos Açores

127

Partindo da hipótese de que o regionalismo é uma construção identitária, procura-se neste artigo analisar a construção oficial de uma identidade açoriana após a implantação do regime autónómico em 1976. Conclui-se que esta memória colectiva em criação encontra resistências e confronta-se com contra-memórias indivi-

duais que activam níveis de identificação e experiências pessoais que se enraizam em processos infra e supra-regionais. A proximidade ou não ao poder político instituído apresenta-se como um factor fundamental na estruturação e diferenciação dos reportórios discursivos e interpretativos dos entrevistados.

P

ARTINDO da noção de regionalismo como uma construção identitária, como uma causa e consequência de lutas simbólicas centradas numa região ou território, procuramos, neste artigo, analisar a construção, ou melhor, a reconstrução de um regionalismo açoriano após a implantação do regime autónómico em 1976¹. Com efeito, a partir desta data, o poder político instituído assumiu como prioridade a construção de uma identidade regional, como bem revela uma análise dos Programas de Governo desde então elaborados. A memória colectiva do espaço regional como um todo cristalizou-se na criação de uma bandeira e de um hino, traduzindo a retórica política dominante um esforço de unificação e aproximação entre todos os açorianos tendentes a ultrapassar os bairrismos ancestrais.

Esta institucionalização da memória colectiva passou pelo papel dos intelectuais na delimitação e estruturação das

Introdução

¹ Este artigo procura dar conta de alguns resultados preliminares de um projecto de investigação em curso.

especificidades culturais açorianas. No presente texto, analisamos uma das muitas propostas existentes, que se nos afigura exemplar na tentativa de naturalização de uma identidade açoriana, consubstanciada, como efeito do isolamento, da influência dos fenómenos naturais e da comunidade emigrante, no que os autores designam como etnicidade.

Mas, e este será um dos temas base deste artigo, os fortes localismos e, por outro lado, um processo de socialização que criou fortes laços afectivos de aproximação com o espaço nacional são um obstáculo à criação de uma identidade regional. Tal é apreendido de forma exploratória pela análise de entrevistas estruturadas à volta das temáticas da unidade regional, níveis de identificação pessoal e significado dos símbolos regionais.

Após vinte anos de um trabalho contínuo e hegemónico de produção oficial de uma identidade açoriana, não pode falar-se de um regionalismo banal, incorporado nos discursos e nos esquemas cognitivos activados no quotidiano. Os reportórios interpretativos dos entrevistados não se enraizam nos recursos ideológicos avançados pela narrativa identitária oficial, antes até os recusam.

**O
regionalismo
como
construção
identitária.
Memória e
contra-
memória**

Para uma melhor compreensão dos processos económicos, sociais, políticos e culturais activados com a implantação do regime autonómico nos Açores, há que teorizar a noção de região (e, sobretudo, de região insular), sem cair em reificações, naturalizações ou feiticizações da dimensão espacial². A região é um meio e uma consequência de lutas entre os diferentes grupos e classes sociais, ou seja, como afirma Bourdieu (1989a), «o que faz a região não é o espaço mas sim o tempo, a história»³. Com efeito, para Bourdieu o discurso regionalista é performativo e emerge como um produto do estado das lutas simbólicas. Procura a imposição e inculcação da identidade legítima. Na análise da temática regional há que ter em conta o que está instituído e as representações e interesses dos diferentes agentes directamente ligados à região em causa. A reivindicação da existência de uma região aparece sempre, para Bourdieu, em regiões que se caracterizam por serem espaços estigmatizados, dominados, no todo

² Entre diversos outros autores, veja-se, por exemplo, o trabalho de Anne Meistersheim a propósito da Córsega (1991), muito marcado por um determinismo naturalista e geográfico.

³ A este propósito, pode ver-se também Urry, 1981; Harloe *et al.*, 1990.

nacional. O regionalismo não é mais do que um caso particular das lutas propriamente simbólicas e que visam a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens simbólicas e económicas correlativas.

A nossa hipótese é de que o regionalismo é uma construção identitária, um processo contínuo de simbolização (Strauss, 1993) de um dado território. Consequentemente, as regiões são produto de um trabalho ideológico,⁴ o que, de um ponto de vista sociológico, obriga a perguntar: quem produz o discurso? a quem é destinado? que efeitos induz nas práticas sociais? quem se apropria desse discurso? qual o efeito da proximidade ao poder político oficial (Dulong, 1978)? No regionalismo, os interesses de classe têm um papel fundamental e os conflitos de classe estão sempre presentes. A luta de classes⁵ alimenta a produção da região (Boismenu *et al.*, 1983). Por outro lado, a intensificação da luta regionalista não se produz mecânica e directamente, sendo antes uma consequência de uma conjuntura particular, que pode analisar-se qualitativamente⁶.

A análise do trabalho ideológico, da invenção de tradições e da construção de comunidades regionais imaginadas passa por ter em conta os papéis distintos e os interesses dos líderes, grupos, classes sociais e organizações na reprodução das estruturas de significação e legitimação das regiões. Em consequência da divisão do trabalho, há pessoas e grupos que se especializam na produção e reprodução activas da consciência regional, tentando manter as estruturas de significação institucionalizadas (Paasi, 1986). Tem que se identificar quem são os «empresários da memória», como lhes chama Michael Pollak (1993), ou os «empresários das reputações», na expressão de Gary Alan Fine (1996)⁷, explici-

⁴ Para o contexto europeu, Costis Hadjimichalis (1987) demonstrou que o que havia de comum nos movimentos regionais do Sul da Europa era o carácter ideológico da argumentação sobre o território.

⁵ A nível regional, inter-regional ou entre estes níveis e as fracções de classe situadas nos centros de decisão económica e política.

⁶ A este propósito, Mário Mesquita (1987) argumenta que as reivindicações autonomistas nos Açores após o 25 de Abril se intensificaram nos momentos de crise nacional. Ver também a excelente análise que Medeiros Ferreira (1993) faz dos processos sociais e políticos nos Açores desde 1974.

No caso da França, o estudo de Alain Touraine *et al.* (1981) sobre a Occitânia demonstrou que o movimento occitânico não apresentava um princípio de unidade, mas era, sim, um trabalho contínuo que procurava integrar diferentes componentes. Havia um esforço permanente para criar o movimento occitânico, adaptando-se às conjunturas políticas e económicas a nível nacional.

⁷ Ver também, para o trabalho de representação política e para o papel das lutas simbólicas na construção das lutas sociais, Bourdieu (1989b).

tando a lógica social e o trabalho de enquadramento das vivências colectivas.

A análise da construção social da memória colectiva tem que ultrapassar os pressupostos funcionalistas e estruturalistas que caracterizam a proposta seminal de Maurice Halbwachs (1968), a qual acentua os factores que estruturam a nossa memória e a inserem na colectividade a que pertencemos. Partindo de uma perspectiva construtivista (Latour, 1991), há que perguntar como os factos sociais se tornam coisas e não tratá-los como coisas, há que analisar como e por quem eles se solidificam e se dotam de durabilidade e estabilidade (Pollak, 1993). A memória torna-se campo e objecto de luta, havendo que identificar como funcionam as redes sociais e cognitivas que procuram impor a sua versão do passado e da identidade oficial. Há que atender às contra-memórias, às memórias concorrentes, às resistências aos discursos oficiais. E, como propõe Michael Pollak, se a análise do trabalho de enquadramento da memória, dos seus agentes e objectos materiais, permite estudar como são construídas as memórias colectivas, a análise das memórias individuais permite salientar os limites daquele trabalho de enquadramento e especificar o trabalho pessoal, pela narrativa e pelo discurso, de gestão das contradições, conflitos, rupturas ou continuidades entre a imagem oficial do passado e da identidade e as memórias e experiências pessoais.⁸

Esta relação tensa entre memória colectiva e memória autobiográfica pode ser apreendida pela análise dos reportórios interpretativos dos actores (Wetherell e Potter, 1992) quando instados a falarem sobre a região, a sua simbologia ou sobre os seus níveis de identificação pessoal. O discurso e a argumentação são vistos, aqui, como construindo activamente a realidade social. Os argumentos avançados inserem-se num processo ideológico, em que a ideologia se apreende como uma prática discursiva e, por isso, fragmentada e contraditória (Billig, 1991). O discurso e a prática ideológica tornam-se, assim, inseparáveis das outras práticas sociais. Isto porque é só através da relação herdada e vivida com a linguagem que a temporalidade da nossa experiência se torna organizada e organizável (Susan, 1994). Pela narrativa pessoal, activada em situação de entrevista ou de conversa, há um fechamento e, através da abstracção, uma ilusão de

⁸ A este propósito, pode ver-se também o estudo de Yael Zerubavel (1995), dedicado ao caso israelita.

transcendência. O objectivo é verificar como o discurso ideológico se torna discurso popular, reconhecido como verdade e funcionando como um processo retórico eficaz. Seguindo Michael Billig (1995), poder-se-á falar de um regionalismo banal⁹ se, no discurso quotidiano, no discurso do senso-comum, a ideia de região aparecer como natural e inevitável, se os reportórios interpretativos dos actores utilizarem como recurso central a memória colectiva estabelecida e oficial.

Contudo, é preciso estar atento ao facto de que os enunciados narrativos procuram refigurar o real, no sentido de descobrir dimensões dissimuladas da experiência humana e transformar a nossa visão do mundo. Esta refiguração passa sobretudo pela dimensão temporal da acção. Aquilo a que se chama identidade narrativa mais não é do que o produto instável do cruzamento entre história e ficção, e todo o texto é uma proposição sobre o mundo, é o projecto de um mundo (Ricoeur, 1995). Como afirma Boaventura de Sousa Santos (1994), a recontextualização das identidades exige que o esforço analítico e teórico se concentre na diluição das especificidades dos campos de confrontação e de negociação em que as identidades se formam e se dissolvem. As identidades contextuais devem ser vistas como multiculturalidades.

A necessidade de coerência, de um fio condutor nas narrativas pessoais, conduz à sua necessária ancoragem nas narrativas públicas ou oficiais. É possível detectar um conjunto de temáticas e de argumentos restrito, permitindo verificar se o grau de convergência entre memória colectiva e memórias autobiográficas é ou não elevado.

Não pretendemos emitir juízos de valor sobre a regionalização, entendendo-a como panaceia ou como uma necessidade quase natural¹⁰, mas sim apreender os mecanismos sociais, políticos e simbólicos que levam à emergência e consolidação de dinâmicas regionalistas. Partimos de uma constatação: os Açores apresentam-se como uma

O caso dos Açores

⁹ O autor analisa o caso do nacionalismo, mas parece-nos legítimo analisar o regionalismo na mesma perspectiva teórica. Para um exemplo de análise de movimentos nacionalistas, regionalistas e independentistas englobada numa mesma proposta teórica, ver Coakley, 1992.

¹⁰ Como faz Carlos Pacheco Amaral (1990:77) para o caso dos Açores, ao afirmar, por exemplo, que «... é o espaço geográfico que fornece forum e assim condiciona o desabrochar da história étnica, cultural, social e política dum qualquer povo, duma qualquer região.»

região bem delimitada geograficamente, com uma história rica em reivindicações autonomistas e até independentistas (Cordeiro, 1992; João, 1991; Leite, 1990; Monjardino, 1989, 1981). Após 1976, com a implantação da autonomia política e com a eleição de órgãos legislativos e executivos próprios, inicia-se a construção oficial e institucional de uma identidade cultural de âmbito regional, objectivada mais tarde pela criação de uma bandeira e de um hino próprios.¹¹ A adesão ao projecto autonómico e a justeza do mesmo parecem inquestionáveis para os analistas e para os que vivem directamente essa experiência (Barreto, 1994; Paz Ferreira, 1993). A regionalização e as tendências regionalistas dos Açores aparecem até como fenómenos naturais (Reis e Dias, 1993; Daveau, 1991)¹². Mas, num estudo aplicado a uma amostra representativa da população portuguesa em 1990 (Reis e Dias, 1993), só 26% dos açorianos inquiridos declararam identificar-se com a região, enquanto na Madeira esse valor sobe aos 44%. Num inquérito, por nós coordenado, aplicado a uma sub-amostra representativa das ilhas Terceira e S. Miguel em 1995¹³, introduzimos um novo nível de identificação, a ilha. A identificação com a região é agora declarada só por 14% dos inquiridos, aparecendo a freguesia ou cidade onde vivem com 41,1 % e a ilha com 26%¹⁴. Se tomarmos estes dois últimos níveis como indicadores de um localismo, embora em graus diferenciados, detectamos o fraco peso da identidade regional.

O caso dos Açores torna-se, assim, exemplar para o estudo dos processos de construção identitária a nível regio-

¹¹ Saliente-se, quanto ao hino, que foi adoptado o hino da Autonomia elaborado no séc. XIX. É de notar que a música apresenta uma grande proximidade com o hino do Espírito Santo, enraizando-a nas práticas religiosas populares e permitindo uma maior identificação. Também o feriado regional para celebrar a Autonomia coincide com a chamada segunda-feira do Espírito Santo.

¹² No caso de Luísa Reis e Margarida Dias, os dados não corroboram a afirmação (*op. cit.*: 265,) de que há nos Açores um fenómeno regionalista. Só 26% dos Açorianos disseram, neste estudo, identificar-se com a região onde vivem (23% a nível nacional) e 39% disseram identificar-se com a terra — povoação ou cidade — onde moram (40% a nível nacional). Quanto a Suzanne Daveau, (1991:1283), esta autora afirma, baseando-se em Jorge Gaspar, que «... A afastada posição insular dos Açores e Madeira levou *com naturalidade* á sua autonomia administrativa...» (sublinhado nosso).

¹³ Este inquérito faz parte de um projecto mais vasto intitulado «Estrutura de Classes e Trajectórias de Classe em Portugal», a decorrer no Centro de Estudos Sociais — Coimbra, e que é financiado pela JNICT. Foi aplicado nos Açores entre Julho e Novembro de 1995.

¹⁴ 9,1 % dos inquiridos identificam-se com o país, 5,7% com a Europa ou o Mundo e 4,2 % não sabem ou não respondem.

nal, assim como da eficácia simbólica das ideologias regionalistas e dos movimentos regionalistas.

Nesta última parte do nosso trabalho, procuraremos agora adiantar alguns dados preliminares da investigação que temos em curso. Num primeiro ponto, apresentamos o diagnóstico e as propostas avançadas quanto à unidade regional e à cultura regional por agentes políticos no poder e por alguns agentes culturais. Num segundo ponto, esboçamos a análise de algumas entrevistas, focando três temáticas: unidade regional, níveis de identificação pessoal, significado dos símbolos regionais (bandeira e hino açorianos). Cabe referir que não procedemos, nesta fase da investigação, a uma análise de conteúdo sistemática, pelo que as entrevistas aparecem, fundamentalmente, como ilustrativas dos pontos em discussão.

a) Do bairrismo à unidade: intenções e construções

Começamos por analisar a construção identitária no campo político (a nível governativo regional) e no campo cultural. No primeiro caso, procedemos à análise dos programas dos governos regionais, procurando detectar o que é mais enfatizado, nesses documentos, a propósito da identidade política regional. No segundo caso, tomamos como texto ilustrativo uma caracterização cultural dos Açores que procura definir este espaço no contexto do seu isolamento e dos fluxos de emigração, procedendo-se, em relação ao todo nacional e em estreita ligação com as comunidades de emigrantes, à tentativa de construção de uma etnia açoriana.

Logo no Programa Eleitoral do Partido Social-Democrata de 1976¹⁵ se estabelece como prioritária a construção da unidade açoriana:

Constituindo embora uma região perfeitamente delimitada do ponto de vista geográfico, o Arquipélago dos Açores tem estado, desde o princípio do povoamento, e descontada a experiência pomalina, aliás infeliz, dos capitães-generais, dividida do ponto de vista administrativo.

Um tal estado de coisas tem actuado como factor de exacerbação de conflitos inter-ilhas, dando origem a bairrismos e ressentimentos, que seria imprudente e mesmo impossível ignorar.

¹⁵ Que é publicado na obra em análise como o Programa do I Governo Regional, com o argumento de que o Estatuto Provisório não exigia a aprovação formal de um programa de governo (Amaral, 1995: 8).

... A experiência, a iniciar agora, de um governo autónomo regional é um dado de facto novo, que esperamos venha a ter importante influência na consolidação da unidade açoriana. (Amaral, 1995: 26).

O projecto político de construção de uma identidade e unidade regionais aparece explícito. No II Programa de Governo (1980-1984), só é feita uma referência de passagem quanto à necessidade de cimentar a unidade (Amaral, 1995:123). No III Programa de Governo (1984-1988), o tom é já triunfalista, sendo que «...o povo dos Açores venceu o desafio da unidade e da solidariedade, criando e pondo a funcionar pela primeira vez em quinhentos anos de história um parlamento e um só governo...» (Amaral, 1995: 171). Considera-se que a unidade política foi atingida, prolongando-se na construção de uma identidade própria, o que permite dizer que «afirmara-se, uma vez mais, a açorianidade». Segundo o mesmo texto, foi conseguida a quebra do tradicional isolamento e divisionismo e o reforço da coesão entre as ilhas. Nos dois Programas seguintes (1988-1992; 1992-1996), mantém-se o objectivo de reforçar a solidariedade e a unidade entre as ilhas, acentuando-se agora mais a vertente cultural do projecto autonómico sendo que «...um dos fundamentos mais importantes da Autonomia Açoriana é pois a cultura do nosso Povo...» (Amaral, 1995:255).

A nível político, sobretudo no partido que governa, há uma consciência clara da necessidade de construir uma unidade e identidade açorianas, que permitam ultrapassar os chamados bairrismos. Essa política de identidade será veiculada sobretudo através da socialização escolar, de uma política cultural fortemente interventiva e do apoio às actividades desportivas.

No campo cultural, sem menosprezarmos as contradições e lutas no seu interior¹⁶, escolhemos para análise um texto, que consideramos exemplar, de Victor Pereira da Rosa e de Salvato Trigo (1990). Começam estes autores por considerar que a insularidade tem duas dimensões: a geográfica e a psicológica. Classificam a dimensão geográfica como insularidade e a psicológica como açorianidade. Esta última tem como elementos nucleares o mar, o vulcanismo e a sismicidade. Tais factores conduzem a uma forte religiosidade simultaneamente pagã e cristã. Por outro lado, segundo os

¹⁶ Ver, a este propósito, Almeida (1983; 1985).

autores, «há um escalonamento temporal e espacial no processo de insularidade. Primeiro, é-se insular geograficamente; depois é-se insular psicologicamente; por fim é-se insular culturalmente» (Rosa e Trigo, 1990:19). Chega-se ao conceito de açorianidade quando, ultrapassando o conceito de arquipélago cultural e as diferenças culturais entre as ilhas, se consegue uma unidade filosófica. Para os autores, o regionalismo — entendido no sentido da separação cultural entre as ilhas — só é ultrapassado no século XIX, e para isso terá havido uma grande contribuição da emigração. A emigração, para estes autores, tende a atenuar as diferenças regionais e dá unidade aos ilhéus. Os fortes laços com o espaço de partida, as visitas familiares contínuas, criam um espaço cultural translocal fortemente unido.¹⁷ Esta unidade consubstancia-se no conceito de *mátria* açoriana que estabelece a diferença em relação à pátria. «Pátria e *mátria* não se confundem, não se conflitam, antes se completam. A *mátria* dá justificação à açorianidade; a pátria justifica a portugalidade» (*op. cit.*: 19). A açorianidade apresenta-se, assim, para os autores, como uma etnicidade, através do processo de transformação dos traços culturais da pátria.

O esforço de construção cultural e científica de uma identidade açoriana fica patente na breve apresentação acima feita. Por um processo de naturalização e antropologização, procura-se a legitimidade e imposição simbólicas de uma entidade regional, diferenciada e una, plena de uma espessura temporal e geográfica.

b) A unidade impossível?: «cada ilha um pedaço do seu mundo»

Pela análise de algumas entrevistas, procuramos agora verificar como são construídas subjectiva e discursivamente as realidades do arquipélago e das ilhas. Também se pretende

¹⁷ Contudo, para uma análise das clivagens inter e intra-ilhas que são visíveis nas comunidades emigrantes açorianas nos E.U.A., ver Feldman-Bianco (1994). Outro fenómeno recente que poderá afectar a imagem mítica do emigrante açoriano no continente americano é o dos repatriados. Estes são jovens de origem açoriana (também há repatriados de outras regiões do País) que, por terem cometido crimes de diversa índole, são expulsos dos Estados Unidos e Canadá e obrigados a regressarem aos Açores. A sua inserção no meio local tem-se tornado difícil, devido à desconfiança da população e ao pouco apoio das autoridades políticas regionais. Estes repatriados são, material e simbolicamente, vistos como um indicador de uma emigração mal sucedida, colocando-se no extremo oposto das características, definidas pelos autores em análise, das comunidades emigrantes açorianas.

apreender como são geridos os diferentes dilemas ideológicos e práticos dos entrevistados, e como se relacionam com os discursos políticos e culturais dominantes.

Todos os entrevistados têm um nível escolar médio ou elevado, não funcionando este como diferenciador, sendo que também não consegue detectar-se nos discursos uma diferenciação pela idade¹⁸.

Os entrevistados apresentam um certo consenso quanto ao papel do Governo Regional, nos últimos 19 anos, na aproximação sócio-económica entre as ilhas, sobretudo no que respeita ao forte investimento em infra-estruturas. Também salientam o seu papel na afirmação da região perante o exterior, mas, reconhecem que subsistem clivagens. Francisco¹⁹ (à roda dos 30 anos, natural do Faial e técnico da administração regional em S. Miguel) afirma que «o bairrismo existe e é bom que exista porque é, desde que seja um bairrismo, portanto, com uma certa medida, não é? Não vamos ser eufóricos em termos de bairrismo. Portanto, eu penso que o bairrismo é fundamental para uma pessoa que goste da sua terra, não é? Ninguém gosta que a sua terra seja desprezada.» Apesar de viver em S. Miguel e de ter tido uma trajetória ascendente a nível escolar, não deixa de defender a sua ilha, pautando os seus argumentos pela dimensão geográfica e pelo poder económico diferenciados e por uma questão pessoal de honra. Para Luís (à roda dos 50 anos, sindicalista, pároco, funcionário da Segurança Social, natural de S. Miguel) «... quem vai a diversas ilhas tem a percepção de que cada ilha continua a ser um pedaço do seu mundo». Este aspecto fica bem resumido por Miguel (40 e tal anos, assistente universitário, natural de S. Miguel), quando afirma que «... não está aqui em causa o projecto, o que está em causa é que a população muitas vezes continua com um bairrismo ancestral. Mas é preciso que se note que isto não se verifica exclusivamente devido ao divisionismo e ao bairrismo inter-ilhas, mas podemos verificar isso mesmo ao nível dos concelhos.»

¹⁸ Apresentaremos aqui só os dados de 6 entrevistas, de um total de 48 realizadas nas ilhas Terceira e S. Miguel, entre Junho e Setembro de 1995. Estas entrevistas foram realizadas a dirigentes associativos, jornalistas, deputados regionais, sindicalistas, párocos, presidentes de junta de freguesia, intelectuais e professores universitários e técnicos da administração regional. A realização das entrevistas e a sua transcrição incluem-se no projecto de investigação «As Identidades em Contexto: A Construção da Açorianidade», que decorre também no Centro de Estudos Sociais e é financiado pela JUNCT.

¹⁹ Para garantir o anonimato dos entrevistados, todos os nomes são fictícios.

Factores que todos os entrevistados acham que contribuem para a manutenção das fronteiras simbólicas e culturais entre as ilhas são: a forma diferenciada como são vividas as festas e o papel da imprensa no reforço das especificidades de ilha e até concelhias. No plano institucional, para alguns entrevistados, o facto de o Governo Regional estar disperso por três ilhas aparece como um indicador da falta de unidade real. Por outro lado, todos têm também posição semelhante ao afirmarem que os intelectuais, nomeadamente na literatura, se pensam e se apresentam como açorianos, contribuindo para uma visão unitária do espaço regional a nível cultural, não deixando de salientar as especificidades de cada ilha.

A televisão e a rádio (sobretudo a RDP) também são vistas como meios que promovem o sentimento de unidade açoriana. Esta referência aos meios de comunicação audiovisuais é interessante porque aparece em contraponto com a dispersão geográfica do arquipélago e das suas instituições governamentais. As afirmações dos entrevistados podem ser relacionadas com os resultados de um estudo comparativo sobre o papel dos meios de comunicação na formação das identidades regionais na Europa. Neste estudo, Pierre Musso (1995) afirma que a nível da imprensa os Açores se situam no modelo do particularismo local, devido ao forte peso das notícias locais e à sua dispersão geográfica. Quanto à televisão, e para o mesmo autor, insere-se no modelo com forte componente nacional²⁰ e peso predominante do sector público, em oposição a um modelo regionalista ou localista detectado em regiões como, por exemplo, o País Basco. Contudo, o seu contributo para um maior conhecimento mútuo dos açorianos e o relevo dado às temáticas locais e regionais aparecem como factores importantes para os nossos entrevistados, não sendo de descurar o seu papel nas construções identitárias e nos recursos identitários e discursivos disponíveis.

Quanto à identificação pessoal, os níveis activados variam. Os entrevistados que estão mais próximos do poder político apresentam como primeira identificação o arquipélago dos Açores como um todo. Miguel reconhece que a sua identificação com os Açores só emergiu após concluir os

²⁰ Isto apesar de haver um Centro Regional da RTP nos Açores (RTP-Açores), com alguma autonomia. Emite serviços noticiosos diários e alguns programas semanais de temática açoriana. Mas a maior parte da programação é retirada da programação dos dois canais nacionais (RTP1 e RTP2).

estudos, sendo também uma consequência da sua área de trabalho na Universidade. «... a vivência que se tinha na altura, o desconhecimento que tinha dos Açores, eu aí nessa altura diria ... certamente primeiro que tudo era micaelense. Evidentemente que hoje não falo assim, de maneira nenhuma. A minha experiência, a vivência da autonomia e também o estudo, a minha formação, conduzem-me a pensar primeiro como açoriano». Joana (à roda dos 20 anos, professora do ensino secundário, dirigente partidária) define-se como açoriana, mas, ao dar a sua resposta com bastante entusiasmo, activa um dilema ideológico (patriotismo/regionalismo/separatismo), completando a resposta da seguinte forma: «... claro que depois há o respeito pela pátria, e acho que a noção de pátria é muito importante. Eu defendo que nós aqui pela forma de nos sentirmos ilhéus e açorianos ... somos até mais portugueses do que lá, e sabemos e temos a nossa maneira peculiar de ser portugueses no meio do Atlântico, mas sermos portugueses aqui ... e sei ser açoriana sendo portuguesa e sei ser portuguesa nos Açores...». Os outros entrevistados colocam como primeiro nível identitário Portugal, escalonando os outros níveis de forma diferenciada. Aparece em todos uma forte ligação à localidade ou à cidade onde habitam ou de onde são naturais. Carla (à roda dos 30 anos, técnica da administração regional em S. Miguel, natural do Continente) afirma que se identifica com a paisagem e a qualidade de vida nos Açores. A sua identificação não denota quaisquer vertentes afectivas ou emocionais em relação aos Açores.

Os símbolos regionais também provocam reacções diferenciadas. Pode falar-se de um continuum de identificação pessoal e afectiva com esses símbolos. Carla e Miguel, avançando exactamente com os mesmos argumentos apresentados para a identificação com a região, são os que assumem uma forte identificação com a bandeira e o hino dos Açores (este mais discutível para Miguel). António (à roda dos 50 anos, escritor, professor primário, natural de S. Miguel) sente que estes símbolos não lhe dizem «... Nada, rigorosamente nada. Para já o hino foi aprovado sem saber quem é que tinha feito aquela música...». Mas Luís resume melhor as respostas dos que se posicionam no pólo de não identificação com os símbolos regionais. Afirma que «... não me sinto emocionado a ouvir o o hino da autonomia e já me senti, e já me senti bastante, a ouvir e a cantar o hino nacional. Ele a mim é muito mais forte a componente nacional, digamos patriótica,

se assim se pode dizer, do que a componente regional. Isto é muito fresco, isso é muito recente, não há pátria açoriana». Francisco tem uma posição intermédia, mas que demonstra em parte a eficácia relativa da estratégia de procurar relacionar os símbolos regionais com o calendário e com as músicas religiosas. Os símbolos açorianos (bandeira e hino) não têm muita importância para ele mas, como católico, acha que o hino, por estar ligado às festas do Espírito Santo, lhe diz alguma coisa e também aos açorianos.

A regionalização como processo político institucional e os movimentos regionalistas podem não conduzir a uma consciência ou identidade regional. Esta, como identidade secundária ou imaginária, mesmo assente num processo consolidado de institucionalização, pode não ser eficaz quando depara com localismos fortes. Tal é visível numa situação de insularidade fragmentada como é o caso dos Açores. O inquérito aplicado a uma amostra representativa da população activa das ilhas Terceira e S. Miguel mostra claramente que a identificação mais forte é com a localidade ou a cidade onde habitam, depois com a ilha e só depois com o arquipélago como um todo.

Os reportórios discursivos dos actores sociais, as suas biografias e trajectórias sociais, os seus processos de produção de identidades pessoais e sociais e as suas posições estruturais no espaço social constituirão factores essenciais na resolução dos dilemas ideológicos que enfrentam. Nos nossos entrevistados, uma variável com grande peso na diferenciação das identificações pessoais e no reconhecimento da importância dos símbolos regionais é a da proximidade ao poder político instituído. O posicionamento no espectro político e ideológico conduz a um apoio ou não ao esforço oficial de construção de uma identidade regional. Para aqueles que não estão próximos do poder instituído, a identificação com o espaço nacional é primordial, justificando-a pela socialização escolar e pelo peso histórico do país como nação. Os símbolos regionais, para estes entrevistados, são demasiado recentes e, de certa forma, impostos pelo poder político regional. A mobilidade geográfica, por outro lado, não enfraquece a identificação com a ilha ou localidade de origem.

Por outro lado, os que estão próximos do poder político instituído, se se identificam claramente com a região como um todo e denunciam os bairrismos ancestrais e reconhecem

a importância dos símbolos regionais, não deixam de activar um dilema ideológico central que é o do patriotismo/regionalismo/separatismo. As suas justificações e elaborações discursivas passam pelo recurso aos conhecimentos adquiridos na sua trajectória profissional e social, enraizando-se na história da autonomia e do consagrado portuguesismo dos açorianos.

O regionalismo, como discurso ideológico sobre o território, é, assim, produto e produtor das lutas simbólicas entre agentes interessados num espaço determinado. É um processo contínuo de produção identitária que se cruza com as produções contínuas de identidade dos actores sociais. A memória colectiva alimenta as memórias individuais e é permanentemente reconstruída por elas. Se, por vezes, é possível detectar um núcleo ideológico e temático comum, há que atender ao processo contínuo de formação e manutenção de contra-memórias e de memórias subterrâneas. ■

Referências Bibliográficas

- Almeida, Onésimo Teotónio (org.) 1983 *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra do Heroísmo: Secret. Reg. de Educação e Cultura.
- Almeida, Onésimo Teotónio (org.) 1987 *Da Literatura Açoriana. Subsídios para um Balanço*. Angra do Heroísmo: Secret. Reg. de Educação e Cultura.
- Amaral, Carlos 1990 «Regionalismo e Estado Regional», *Arquipélago. Ciências Sociais*, nº 5.
- Amaral, João Bosco Mota 1995 *Autonomia e Desenvolvimento*. Ponta Delgada: Jornal da Cultura.
- Billig, Michael 1991 *Ideology and Opinions. Studies in Rhetorical Psychology*. London: Sage.
- Billig, Michael 1995 *Banal Nationalism*. London: Sage.
- Barreto, António 1994 «Autonomia Regional, Descentralização e Limites ao Poder Político: Reflexões sobre o Caso Açoriano», *Análise Social*, vol. XXIX, nº 1-2.
- Boismenu, Gérard et al. 1983 *Espace régional et nation: Pour un nouveau débat sur le Québec*. Montreal: Boréal Express.
- Bourdieu, Pierre 1980 *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit.
- Bourdieu Pierre 1989a «A Identidade e a Representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região», in P.B., *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu Pierre 1989b «A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político», in *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Coakley, John (org.) 1992 *The Social Origins of Nationalist Movements. The Contemporary Western European Experience*. London: Sage.
- Cordeiro, Carlos 1992 *Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as Contradições da Regeneração (1851-1870)*, Coimbra: Minerva.
- Daveau, Suzanne 1991 «Comentários e Atualização», in Orlando Ribeiro, Herman Lautensach e Suzanne Daveau, *Geografia de Portugal. Vol. IV, A Vida Económica e Social*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Dulong, René 1978 *La Région, L'Etat et la Société Locale*. Paris: P.U.F..
- Feldman-Bianco, Bela 1994 «Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço: (Re)construções da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38.
- Ferreira, Medeiros 1993 *Portugal em Transe (1974-1985)*. Oitavo Volume da *História de Portugal*, direcção de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Fine, Gary Alan 1996 «Reputational Entrepreneurs and the Memory of Incompetence: Melting Supporters, Partisan Warriors, and Images of President Harding», *American Journal of Sociology*, vol. 101, nº 5.
- Hadjimichalis, Costis 1987 *Uneven Development and Regionalism. State, Territory and Class in Southern Europe*. London: Croom Helm.
- Halbwachs, Maurice 1968 *La mémoire collective*. Paris: P.U.F..
- Harloe, Michael et al. (orgs.) 1990 *Place, Policy and Politics. Do Localities Matter?* London: Unwin Hyman.

- João, Maria Isabel 1991 *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Latour, Bruno 1991 *Nous n'avons jamais été modernes*. Paris: La Découverte.
- Leite, 1990 *Sobre a Autonomia dos Açores*. Ponta Delgada: Eurosigno.
- José Guilherme Reis
Meistersheim, Anne 1991 *Territoire et insularité. Le cas de la Corse*. Paris: Publisud.
- Mesquita, Mário 1987 *A Regra da Instabilidade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Monjardino, Álvaro 1981 *O Fenómeno Português. Uma Abordagem à História de Portugal e a Experiência dos Açores: Um Sistema de Governo Regional*. Angra do Heroísmo: Sep. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Monjardino, Álvaro 1989 «Raízes da Autonomia Constitucional», in *Anais do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: Sec. Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Musso, Pierre 1995 «Médias et formations des identités régionales en Europe», in Jean-Pierre Saez (org.), *Identités, cultures, territoires*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Paasi, Anssi 1986 «The Institutionalization of Regions: A Theoretical Framework for Understanding the Emergence of Regions and the Constitution of Regional Identity», *Fennia*, nº 164.
- Paz Ferreira, Eduardo 1993 «O Poder Autonomico», in António Reis (org.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pollak, Michael 1993 *Une Identité Blessée. Etudes de Sociologie et d'Histoire*. Paris: Metaillé.
- Reis, Luísa;
Dias, Margarida 1993 «Grupos e Valores de Referência Sócio-Políticos», in Luís França (org.), *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto Estudos para o Desenvolvimento.
- Ricoeur, Paul 1995 *Réflexion faite. Autobiographie intellectuelle*. Paris: Éditions Esprit.
- Rosa, Victor Pereira;
Salvato Trigo 1990 *Contribuição ao Estudo da Emigração nos Açores*. Angra do Heroísmo: Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.
- Santos,
Boaventura de Sousa 1994 *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Strauss, Anselm 1993 *Continual Permutations of Action*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- Susan, Stewart 1994 *On Longing. Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection*. Durham: Duke University Press.
- Touraine, Alain et al. 1981 *Le pays contre l'État. Luites occitanes*. Paris: Seuil.
- Urry, John 1981 «Localities, Regions and Social Classes», *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 5, nº 1.
- Wetherell, Margaret;
Jonathan Potter 1992 *Mapping the Language of Racism. Discourse and the Legitimation of Exploitation*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Zerubavel, Yael 1995 *Recovered Roots. Collective Memory and the Making of Israeli National Tradition*. Chicago: University of Chicago Press.